

CIDADES E ARQUITETURA AFRICANA: PASSADO E PRESENTE

TELMI ADAME¹

Resumo: A história da África por vezes se apresenta de forma distorcida, ocultando parte da credibilidade e protagonismo histórico dos africanos, nesse sentindo existem também produções que corrigem essas destoancias trazendo não apenas a visão histórica dos africanos, como também novas representações e conteúdos que não resumem a história e a cultura africana em estereótipos de pobreza e turismo. Entre essas novas visões destacamos nesse trabalho a história das mulheres africanas no passado e no presente. Distante nessa nova visão de um *Levante África* surgem projetos urbanos e arquitetônicos, mostrando novas tecnologias, investimentos, junto a uma valorização regionalista. Existe, porém, uma preocupação em relação ao desenvolvimento desses projetos e seus agentes participantes, historicamente a África se tornou objeto de desejo dos estrangeiros e esse quadro parece se repetir. Diante disso, é preciso olhar com especial atenção para aquelas populações de maior vulnerabilidade social, tendo olhar crítico sobre as novas propostas projetuais, identificando e separando projetos que realmente buscam valorizar a África.

Palavras-chave: História da África. Mulheres africanas. Cidades africanas. Urbanismo. Arquitetura.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz como um dos objetivos um breve histórico do continente africano, o processo de apropriação liderado por povos estrangeiros e os impactos culturais, políticos e sociais que foram acarretados após esse processo. Entendendo que o continente africano possui milhares de anos de história, se fez necessário o recorte temporal que se inicia na aproximação dos europeus ao continente africano até a divisão da África entre as grandes potências da época, abarcando não apenas a visão eurocêntrica que destina a história da África a estereótipos e omite a histórica contada pelos africanos e em especial pelas mulheres africanas. Este trabalho também busca comparar a atuação das potências no passado e na atualidade, analisando quem são esses estrangeiros e suas novas formas de intervenção e dominação — projetos de cidades, planos urbanísticos e arquiteturas voltadas para um modelo globalizado e neoliberal. Por fim, quais seriam os frutos dessas atuações em desrespeito a maior parte da sociedade africana que se mantém em condições de vulnerabilidade?

⁻

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em arquitetura e urbanismo (PPGAU) da Faculdade de Arquitetura - Universidade Federal da Bahia. E-mail: telmiarquit@hotmail.com.



2 BREVE HISTÓRICO

Se escreve essa história porque caso contrário não seria possível, não apenas transmitir e conservar memórias, dados, conteúdos, mas porque segundo Giuliu Carlo Argan (2014), é o único modo de objetivar e explicar os fatos artísticos. Argan e, mais próximo a nós, latinos americanos, Marina Waisman, relatam que quando se escreve história sempre estará se escrevendo história crítica, porque não há história sem juízo de valor.

Exerce-se o juízo histórico desde o momento em que se toma a decisão de trabalhar sobre um determinado tema, isto é, desde o momento em que se define o objeto de estudo do historiador e, em seguida, exerce-se um juízo quando são escolhidos instrumentos e metodologias de análise, quando se delimita o alcance do estudo etc., etc. (WAISMAN, 2013, p.3).

Quem escreve a história, ou seja, o historiador, tem grande influência nessa série de juízos que vão ser definidos para escrevê-la. Outro elemento essencial apontado por ambos autores é o momento histórico em que está presente o historiador, visto o acúmulo o qual já teve contato, suas pré-concepções, os instrumentos disponíveis e os interesses em destaque naquele período. "A história, portanto, é continuamente reescrita, e a historiografia permite a dupla leitura da matéria tratada e da ideologia do momento histórico em que foi estudada" (WAISMAN, 2013, p.4). Sendo assim a historiografia, segundo Waisman (2013) é análise do conjunto de obras mediante as quais se estuda as narrações no desenrolar dos acontecimentos no tempo, nesse contexto analisaremos a história da África.

A história da África possui mais de cinco mil anos de história documentada, história que por muito tempo se mostrou invisibilizada (e ainda permanece assim, embora grandes avanços). Em uma tentativa de unir e difundir esse histórico, a UNESCO, em 1964, iniciava a tarefa de contar a história da África a partir da perspectiva dos próprios africanos, ao fim gera oito volumes, com expectativas de um nono. Os volumes abordam os períodos desde a pré-história até o século XX e, para além desse material, existem inúmeras produções sobre a história da África, os africanos e suas relações com o mundo. Para melhor compreensão do tema, trataremos aqui de uma breve colocação histórica que analisa as movimentações tanto por parte dos africanos,



quanto dos europeus, no século XV, em território africano. Segundo Luiz Dario Teixeira Ribeiro, a "dominação europeia sobre a África durou apenas 75 anos, o tempo da vida de um homem" (2013). Os europeus iniciaram seu contato com as regiões costeiras da África tropical - costa da Guiné na África Ocidental, a região do baixo Zaire e de Angola, o Vale do Zambeze e a Etiópia - no século XV, aproximação que se estende até o século XVII, período em que outras áreas são exploradas, principalmente por esforços missionários. Anterior as aproximações europeias, a África já possuía reinos, cidades, uma economia desenvolvida, além de organizações políticas estruturadas.

Antes de 1600, em toda a África, o estágio clânico havia sido alcançado ou superado e, onde quer que as condições o tenham permitido, criaram-se cidades, reinos e impérios viáveis'. Desse modo, fundaram-se formações políticas originais, enriquecidas por contribuições externas, conhecendo-se muitos métodos de governo. O passado africano conta com uma riqueza de experiências políticas. As diferentes etapas do desenvolvimento político mostram uma evolução que vai do clã ao agrupamento de clãs em reinos e ao agrupamento de reinos em impérios. É certo que, desde antes do século XII da Era Cristã, reinos e impérios haviam se desenvolvido na extremidade meridional do continente, ao sul da linha que vai da Namíbia à foz do Limpopo. O Estado, ou seja, um corpo político estruturado, já era realidade bem antiga nas regiões em questão" (UNESCO, 2013, p. 557).

Para além da questão política, o desenvolvimento econômico era marcado pelas trocas mercadológicas estimulada por árabes, persas, berberes e chineses; havia também comercializações ao sul da África e outras populações das savanas subequatoriais comercializavam através do Oceano Atlântico, e em direção ao Oceano Índico através do Congo. Soberanos negros já obtinham ciências do papel econômico e político de metais como o ouro, o cobre e o ferro, cuja exploração era controlada. Essa questão se torna relevante porque em diversos trabalhos produzidos, a condição dos soberanos africanos é dita de forma distorcida, colocando a África e os africanos servientes aos estrangeiros, abordagem que segundo Achille Mbembe (2014), emerge a partir de uma visão do negro no mundo contemporâneo, que foi



construída pelo sistema escravista nos primórdios do colonialismo, onde o negro é definido como uma categoria social que se confunde com os conceitos de escravo e de raça .

Entendo a sociedade africana, como um corpo social tão desenvolvido politicamente, economicamente e estruturalmente, voltemos ao século XVII, posterior a Conferência de Berlim (1885). Africanos sistematizavam a comercialização litorânea, mantendo os europeus encurralados em feitorias compilando com pilar fornecedor de mão de obra para as Américas e para o desenvolvimento da Era Moderna, que segundo Paulo Fagundes Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Analúcia Danilevicz Pereira (2013), pode ser interpretada de outra maneira, para além da visão de expansão e conquista no mundo moderno. A chamada Era Moderna e suas revoluções são interpretadas por Luiz D. T. Ribeiro como crises do sistema capitalista; com os países europeus afetados, os mercadores africanos começaram a investir em novos produtos de comercialização (óleo de palma, amendoim, algodão, ouro e marfim), 1870 a crise econômica se potencializa e os europeus começam a acessar diretamente os produtos africanos sem o controle das organizações litorâneas, afim de conquistar produtos de forma mais lucrativa. Realizaram instalações com missões missionarias, casas comerciais e aquartelamento com o discurso de acabar com a escravidão, cristianizar e abrir o território africano para comércio internacional (VICENTINE; RIBEIRO; PEREIRA, 2013, p.60).

Em 1885 os países europeus e outros, iniciaram disputas diante da riqueza mercadológica do continente africano, proporcionando a convocação da Conferência de Berlim, onde foram reunidas 14 nacionalidades, entre seus objetivos implícitos, "[...] visavam o estabelecimento de regras para liberdade comercial e a atuação humanitária no continente" (VICENTINE; RIBEIRO; PEREIRA, 2013). Posteriormente, os territórios africanos foram divididos de acordo com os interesses desses países, o que resultou em uma instabilidade política e concentração de tribos inimigas em um mesmo território, gerando conflitos e até mesmo guerras civis.



2.1 Breve histórico das mulheres africanas

Nesse período de dominação europeia, diversas estruturas, completamente divergentes das implementadas no território africano, foram introduzidas, entre elas, o sistema capitalista e o patriarcado, sendo o primeiro, junto a outras ideias ocidentais "viriam a conformar as elites, as bases socioeconômicas e o perfil dos novos Estados que emergiram na segunda metade do século XX" (VICENTINE; RIBEIRO; PEREIRA, 2013).

Em alguns povos, principalmente ao norte do continente, haviam tribos regidas pelo sistema matrilinear, onde as mulheres eram protagonistas na história, economia, política e subsistência (principalmente na produção agrícola). Segundo Signe Arnfred (apud PINHO, 2012), as mulheres "tradicionais" utilizam de seu poder sexual, o desejo e a sedução como formas de fazer política "tanto em uma dimensão intragênero, salientando-se o poder das mais velhas sobre as mais jovens, mas também intergêneros, desafiando o poder masculino com as artes do sexo e do desejo". Política que jamais seria aceita nos padrões do cristianismo e na moral colonialista, visto que a mulher que expressasse qualquer elemento de sexualidade era demonizada e entendida como pecaminosa. O "[...] papel da mulher como reprodutora da vida humana e seus poderes presumidos sobre fertilidade de um modo geral" foram podados com a vinda da modernização, resultando na desorganização de modos tradicionais de autoridade, política e gênero (PINHO, 2012, p. 971). O sistema matrilinear tingiu a Etiópia, a Líbia, o Egito e a África negra (África subsaariana, corresponde à parte do continente africano situada ao sul do Deserto do Saara). As mulheres

[...] ocupam na consciência histórica africana uma posição sem dúvida mais importante que em qualquer outro lugar. Nas sociedades de regime matrilinear isto é facilmente compreensível. As mulheres são vistas como protagonistas na evolução histórica dos povos. Filhas, irmãs, esposas e mães de reis ocupavam posições que lhes permitiam influir nos acontecimentos. Essa ideia permanece viva até hoje na África. Pela sua participação no trabalho da terra, no artesanato e no comércio, pela sua ascendência sobre os filhos, por sua vitalidade cultural, as mulheres africanas sempre foram consideradas personagens eminentes da história dos povos. A mulher é a vida e a promessa de expansão da vida. É através dela que os diferentes clãs consagram suas alianças" (UNESCO/SILVÉRIO, 2013).



As mulheres representavam, e representam um papel fundamental na construção da história dos povos africanos, porém o "progresso" e a nova ordem social trazida pelos estrangeiros não permitia que tal modernização ocorresse por outras vias de representação e autoridade para além do poder masculino, formas não ocidentais e não patrilineares pareciam representar o atraso.

3 CIDADES E ARQUITETURA AFRICANA

Séculos depois do panorama vivenciado pelos africanos durante o período de disputa e resistência reflexos de instabilidade ainda são visíveis e com grandes chances de agravamento diante do quadro atual de um novo modelo de dominação estrangeira, consentida e apoiada por líderes locais. São desenvolvidos no território africano diversos projetos de cidades e arquiteturas, o discurso de integração da África com o mundo e principalmente com as grandes potências mundiais se tornou o carro chefe para as novas mudanças. A história contemporânea, tecida pelos investidores em torno de vários estereótipos (caos urbano, fome, pobreza, doenças e tribos selvagens) fica para trás e é substituída por uma nova história com desenvolvimento tecnológico, econômico, com cidades que refletem não apenas esse desenvolvimento, mas um novo mundo, cidades globais, onde se pode ter, para além de acesso ao desenvolvimento, qualidade de vida, e um status.

Cidades inteligentes construídas do zero, oferecem desde trabalho à moradia, lazer e consumo, sendo elas: Kigamboni City em Tanzânia; Tatu City em Quênia; Ebene Cyber City em Mauritius; Konza Technology City no Quênia; Safari City na Tanzânia; Le Cite du Fleuve na República Democrática do Congo; Eko Atlantic na Nigéria; Appolonia City e Hope City em Gana, Modderfontein New City na África do Sul, entre outras. Esses empreendimentos possuem em comum elementos que reforçam a ideia de um "Levante África" neoliberalista e globalizado.

O urbanismo impressionante, como na cidade Appolonia City, possuí uma estrutura que permite imaginar-se vivendo em um oásis urbano, entre as promessas do empreendimento estão: obtenção de estradas asfaltadas, moradias, espaços de



trabalho, lazer, escola, hospital, além de drenagem subterrânea, água potável e energia, tudo que você precisa em um só lugar. Com a mesma linha de pensamento de um "Levante África" neoliberalista e globalizado, porém com um discurso mais incisivo no desenvolvimento tecnológico, a cidade de Hope City se apresenta com seis torres futuristas projetadas de forma conectada, construídas para serem um centro internacional de tecnologia. Os projetos possuem um contexto global, percebendo que mesmo buscando alguma característica que lembre que aquele projeto pertence a África, no formato arquitetônico, partidos urbanísticos ou no contexto paisagístico, também se observa que eles poderiam estar inseridos em qualquer lugar do mundo e poderiam concorrer com qualquer cidade do mundo. Assim como esses dois empreendimentos, existem cerca de vinte ou mais, onde se muda apenas as narrativas — cidades verdes, cidades ecológicas, tecnológicas, inteligentes, conectadas etc. — se repetem os agentes de produção de espaço, sendo eles governos africanos, grandes grupos empreendedores (como as construtoras) e entidades financeiras africanas, ambos atrelados a grupos internacionais.

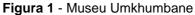
Os projetos arquitetônicos, por sua vez, também têm como objetivo romper com o estereótipo de uma África ligada apenas à pobreza e à paisagens selvagens. As novas construções possuem traços contemporâneos, tanto retilíneos, quanto curvos e podem ser encontrados em diversos países do continente africano. Apesar da localização, a maioria dos projetos foram realizados por arquitetos europeus e não africanos, o que levanta um questionamento não apenas da valorização dos profissionais africanos, mas do interesse dos arquitetos não africanos em projetar e construir em solo africano. A seguir veremos uma seleção de alguns projetos que obtiveram destaque através de concursos, premiações e meios de comunicação.

Tabela: Projetos de arquitetura contemporânea da África

| Projetos | Ano | Local | Responsável | Origem do projetista |
|---|------|---------------|---|-------------------------------|
| Museu Umkhumbane | 2017 | África do Sul | Choromanski Architects | Durban, África do Sul |
| Capela Bosjes | 2016 | África do Sul | Steyn Studio | Londres, Inglaterra |
| Freedosm Park | 2008 | África do Sul | GAPP + Mashabane Rose Architects + MMA | Joanesburgo, África do Sul |
| Passarelas pelas Copas das Árvores Centenárias de Kirstenbosch | 2014 | África do Sul | Mark Thomas Architects | África do Sul |



| Museu da Moeda, DYEJI | 2015 | Angola | Costa Lopes | Angola |
|--------------------------------------|------|--------------------|--------------------------------|---------------------------------------|
| Embaixada Holandesa | 2004 | Moçambique | KAAN Architecten | Amsterdã e São Paulo, Brasil |
| Casa na Praia do Estoril | 2012 | Cabo Verde | José Adrião Arquitectos | Lisboa, Portugal |
| Lycée Schorge Secondary School | 2016 | Burkina Faso | Kere Architecture | Berlim, Alemanha |
| Pavilhão de Bambu | 2012 | Costa do Marfim | Koffi & Diabaté Architectes | Costa do Marfim |
| One Airport Square | 2015 | Gana | Mario Cucinella Architects | Bologna, Itália. |
| Villa Z | 2015 | Marrocos | Mohamed Amine Siana | Marrocos |
| Residência do Novo Artista | 2015 | Senegal | Toshiko Mori | Nova York, NY |
| Hotel Sandibe Okavango Safari | 2014 | Botsuana | Nicholas Plewman Architects | Johanesburgo, África do Sul |
| Catedral do Coração Sagrado | 2015 | Quênia | John McAslan + Partners | Londres, Inglaterra anda Austrália |
| Mercado Lideta | 2016 | Etiópia | Vilalta Arquitectura | Barcelona |
| The Manta – O dormitório subaquático | 2013 | Tanzânia | Genberg Underwater Hotels | Suíça |





 $Fonte: \underline{http://choromanski.com/frontpage/portfolio-item/umkhumbane-cultural-park/}.$

As edificações possuem um perfil variado, apresentando desde habitações à ambientes de uso coletivo - escola, edificação religiosa, aeroporto, etc. Se mantém a busca do moderno. Os museus, ganham destaque junto a outros projetos elaborados por escritórios africanos pelo uso do aço, material abundante em solo africano, existindo uma busca ela arquitetura regionalista, ou seja, pertencente a África mesmo com padrões globais. Buscando respeito à regionalidade cultural e social, existindo minimamente formas e materiais que se enquadrem na região de execução projetual.



Há também, pra além do regionalismo, casos de utilização de estratégias sustentáveis, tendo como principal característica a utilização racional dos recursos naturais, empregando, por exemplo, materiais de baixo consumo de energia, isto é, materiais primários, assim como materiais de uma alta eficiência estrutural; no caso dos museus a utilização do aço.

4 AGENTES

Ao compreender os agentes atuantes nesse novo processo de disputa por recursos naturais e novos espaços de investimentos, junta aos objetivos que tais agentes pretenderem alcançar, é possível entender qual a real finalidade dessas nossas intervenções, movimentos e diálogos que surgem meio ao continente africano.

Diversos autores têm se referido à atual disputa por recursos naturais e influência que se observa na África como uma "nova corrida para a África" (new scramble for Africa). Na síntese apresentada por Habib, a primeira corrida, conduzida pelas potências europeias, teve como marcos o Congresso de Berlim de 1885 e a formalização do colonialismo. A segunda corrida ocorreu no contexto da Guerra Fria e culminou em 'neo-colonial relations, proxy wars, political instability and economic decline'. A nova corrida caracteriza-se pela presença crescente no continente de potências emergentes, sobretudo a China (ESCOSTEGUY, 2011).

De acordo com o documento White Paper, 2010, oficial do governo Chinês, os principais investimentos na África são em áreas de exploração de minério (29%), manufatura (22%), construção (16%) e financeira (14%). (White Paper/Gov. China, 2011 apud RIBEIRO, 2015). A China aparece incorporada à diversos investimentos da construção no mundo, dentre elas, as maiores empresas investidoras no mercado externo são: China State Construction Engineering Corporation (CSCEC) e a China National Construction & Agricultural Machinery, ambas atuantes na África (Statistical Bulletin of China's Outward Foreign Direct Investment, 2008 apud RIBEIRO, 2015).

[...] A África vem se apresentando nos últimos anos como uma grande fronteira de expansão do comércio e dos investimentos chineses. O comércio entre toda a África



e a China (importações e exportações somadas) cresceu de US\$ 10,6 bilhões no ano 2000 para US\$ 152 bilhões em 2011. Desde 2009 a China já é o principal parceiro comercial da África. (NBSC, UNComtrade, 2010; White Paper, 2010 apud RIBEIRO, 2015).

O motivo para tantos investimentos é diverso: a abertura dada pelos líderes governamentais atuantes, com possível redução nas taxas de inflação; redução de conflitos internos (golpes de estado, conflitos armados, etc.) que consequentemente trouxe estabilidade política; localização estratégica e recursos naturais, e mão de obra a baixo custo.

Em relação a mão de obra, a África possui atualmente 800 milhões de habitantes e um índice de crescimento de 2,1% ao ano , sendo em sua maioria jovens; as mulheres ocupam a maior parte da população e estão entre o maior número em situação de vulnerabilidade, mão de obra mais que suficiente para abastecer as demandas e projetos de empreendedores da construção civil externa. O continente possui recursos naturais que enchem os olhos dos empreendedores, são cerca de 30.310.000 km², um quarto da superfície mundial, áreas ricas em petróleo, gás natural, urânio, cobalto, platina, recursos florestais e marítimos (ESCOSTEGUY, 2011). A localização é mais uma das vantagens do continente que faz fronteira com a maior porcentagem do mundo, reduzindo a complexibilidade e os recursos necessários para transporte e comunicação. Além da China, a África vem intensificando suas relações com países europeus e os Estados Unidos, relações essas que favorecem a população como um todo, como veremos a seguir.

5 GENTRIFICAÇÃO E SEGREGAÇÃO ESPACIAL (RECORTE MULHERES)

A população urbana das cidades africanas vem aumentado de forma considerável, tendo uma grande expectativa de crescimento para os próximos anos. Segundo Barbosa, Ribeiro e Souza (2001), a maioria dessas população tem grandes chances de continuar vivendo de forma precarizada, visto que hoje segundo Barbosa, Ribeiro e Souza (2011) a maioria da população de áreas urbanas vivem em bairros pobres. Em "2011, 61% dos habitantes africanos de áreas urbanas viviam em bairros pobres, sendo 54% destes na África Subsaariana (onde 71,9% da população urbana



atualmente vive em habitações irregulares) e apenas 7% no norte da África" (BARBOSA; RIBEIRO; SOUZA, 2011). Majoritariamente, a população se encontra destoante da realidade dos empreendimentos. Os empreendimentos são desenvolvidos na África, mas elaborados a partir de uma lógica que prioriza apenas uma pequena parcela da população e ignora as demais que acabam pagando um alto preço social causado pelas transformações e reformas urbanas. Entro os projetos arquitetônicos e urbanísticos analisados, nenhum visava a modificação das atuais condições de moradia, saúde, educação, oportunidades de geração de renda e trabalho da maioria dos habitantes, mas apenas de um seleto grupo.

Os empreendimentos, não apenas ignoram as reais necessidades da população, como em alguns casos agravam as atuais condições de precariedade, quando, por exemplo, iniciam a disputa por áreas de grande interesse imobiliário que estão atualmente ocupadas por pessoas em situação de vulnerabilidade social. Excluídos tanto do ponto de vista financeiro, quanto espacial, as comunidades ainda correm risco de sofrerem com violência física e judicial, como o ocorrido em Otodo-Gbame, um povoado pesqueiro em Lagos, que despertaram em uma manhã ao "som dos tiros e com mais de sessenta policiais acompanhados por escavadeiras e uma força-tarefa de demolição, enviada pelo governo de Lagos" (AGBO, 2017).

A situação se agrava mais para as mulheres e os jovens que fazem parte de mais da metade da população e enfrentam grandes dificuldades em relação a moradia, emprego, etc. (BARBOSA, RIBEIRO, SOUZA, 2011). O desemprego, bem como a falta de acesso às infraestruturas básicas, entre outros, agrava-se nas relações de gênero, e vemos mulheres que historicamente viviam em um continente que garantia e valorizava sua atuação social sistemas tradicionais matrilineares, disputando espaços que antes eram valorizados e garantidos pela sociedade.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho apresenta elementos que visam contribuir na descolonização teórica e conceitual voltada a estereótipos que visualizam a África como um território atrasado



diante de um mundo moderno e avançado. Uma construção europeia sobre a história da África que foi deliberadamente reproduzida em diversas esferas e ditada como verdade por muitos anos, mas que aos poucos, visto que ainda se têm muito trabalho a fazer, está sendo descontruída e reconstruída como é de fato: a África como reinos, cidades, povos e organizações políticas e sociais funcionais e efetivadas. Espera-se em relação aos novos projetos urbanos, paisagísticos e arquitetônicos a construção de uma imagem reflexo da realidade; a África de alta relevância diante das demais potências mundiais, porém não podendo deixar o entendimento de que a atual forma como se está caminhando esse processo não atende as necessidades da maior parte da população que carece de condições básicas de infraestrutura, educação, trabalho, assistência médica, etc. É necessário criticar o discurso de uma globalização econômica, que muitos já conheciam através das corporações transnacionais, em especial a partir da década de 70, e que agora surgem com o novo discurso, sobre tudo o tecnológico e progressista, mas que ameaça da mesma forma as classes mais vulneráveis, tanto em questões físicas (moradia, infraestrutura, etc.), quanto a extinção das culturas nacionais, que só podem ser resgatadas com a construção de simulacros artificiais e da transformação de meras imagens do que eram tradições ou crenças imaginadas (JAMESON, 2001).

Para os moradores dos novos condomínios e edifícios, a cultura do consumo se torna algo habitual. Entre os discursos de venda e as campanhas publicitárias alguns aspectos chamam a atenção, como a garantia de água e energia elétrica, algo entendido como básico vira ponto chave diante de um contexto local onde o básico não é garantido. Em empreendimentos com uma ambição maior, como os centros tecnológicos que tem como público alvo não apenas africanos, mas principalmente empresários mundiais o acesso a meio digital com velocidade, desvalorização da mão de obra (em sua maioria jovem) e a localização se tornam tesouros para as vendas internacionais.

O estimulo ao consumo do território africano é constante por parte dos investidores e representantes públicos, consumo esse, que apenas alguns conseguem suprir, a cidade ou pelo menos fragmentos dela se tornam a mercadoria e o direito a cidade se



torna exclusividade. Entre os excluídos desse processo, as mulheres. Segundo a Organização das Nações Unidas (2018), as mulheres são as mais pobres, sofrem mais com a fome e são mais discriminadas. Por serem mais pobres também são as que mais utilizam transporte público, apesar de percorrerem trajetos maiores que homens, já que são responsáveis não apenas por suas atividades cotidianas, mas pela prestação de diversos outros serviços, como por exemplo, fazer as compras no mercado, comprar remédio para o doente, em resumo: vestir, alimentar, cuidar e transportar. Nas cidades, as desigualdades de gênero se manifestam impactando o cotidiano da vida das mulheres, sua autonomia e o exercício de seus direitos.

A Relatoria Especial da ONU para a Moradia Adequada promoveu um estudo específico sobre o assunto priorizando a questão de gênero. Para a relatoria, constitui direito à moradia: segurança da posse; habitabilidade; disponibilidade de serviços; infraestrutura e equipamentos públicos; localização adequada; adequação cultural; não discriminação e priorização de grupos vulneráveis; e custo acessível. Os resultados apresentados apontam que, em todas as dimensões, a mulher é sempre a mais afetada.

Em relação à ausência de disponibilidade de serviços, infraestrutura e equipamentos públicos, o estudo afirma que as mulheres são mais afetadas que os homens, pois são elas que despendem mais tempo às tarefas domésticas, mesmo quando trabalham fora de casa (Rolnik, 2012). O estudo ainda afirma que todas as pessoas devem ter direito a morar de forma estável e segura, independentemente de qual seja o tipo de proteção à segurança da posse. Em todo o mundo, a propriedade da moradia está, majoritariamente, com os homens. Por conta disso, em casos de divórcio, frequentemente, as mulheres são forçadas a deixar a casa. Esse fato se agrava para as mulheres que são vítimas de violência doméstica, que, por falta de segurança da posse e da habitação, permanecem morando com o seu agressor, levando-as muitas vezes a situações de morte (AMANAJÁS; KLUG, 2018).

Diante disso, é preciso olhar com especial atenção para aquelas populações de maior vulnerabilidade social, tendo olhar crítico sobre as novas propostas projetuais,



identificando e separando projetos que realmente buscam valorizar a África e não apenas reproduzir o padrão exploratório que os europeus empregaram no passado e atualmente a China, e demais países, vem dando continuidade. Além disso é preciso ter em mente que ambos projetos devem garantir os direitos humanos, levando em consideração a vulnerabilidade dos grupos sociais. As mulheres africanas, apesar das condições atuais descritas, se enquadram em uma fresta de esperança, de um novo futuro visto que os países nórdicos lideram o ranking como a região com as melhores taxas de participação feminina na política, são 41,4% de mulheres parlamentares. Ruanda, um pequeno país no nordeste da África é, contudo, o país que possui a maior participação feminina em sua Câmara de Deputados e Senado: 61,3% dos assentos são ocupados por legisladoras. Outros países africanos como Senegal, Namíbia e Moçambique também apresentam taxas bastante surpreendentes. Na América do Sul, se destacam Bolívia, Argentina e Equador. Tendo como comparação, o Brasil aparece no fim da lista da região e na 155 a posição mundial para representação parlamentar feminina: são apenas 10,7% no Congresso nacional².

7 REFERÊNCIAS

AGBO, Jr. Mathias. O custo humano trágico das novas megacidades da África. Disponívelem: ">https://www.archdaily.com.br/br/874213/o-custo-humano-tragico-das-novas-megacidades-da-africa?ad_medium=widget&ad_name=recommendation>">https://www.archdaily.com.br/br/874213/o-custo-humano-tragico-das-novas-megacidades da África.

BARBOSA, Samantha Vitena; RIBEIRO, Cristal Augustus Carneiro; SOUZA, Helton Eric Mendes de Souza. Dilemas de planejamento urbano e bolsões de pobreza. Simulação das Nações Unidas para Secundaristas, Brasília, ed.10, 2011.

BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África negra. São Paulo: Perspectiva, ed.2, 2015.

BORGES, Antonádia. Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul. Cadernos Pagu (40), p. 197-227, jan.-jun. 2013.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. A condição da mulher na África tradicional. III Seminário Nacional Gênero e Praticas Culturais Olhares Diversos Sobre as Diferenças. João Pessoa, out. 2011

² Disponível em: https://veja.abril.com.br/mundo/africa-da-licao-de-igualdade-de-genero-na-politica-para-o-brasil/. Acessado em: 20 ago, 2018.



DELAQUA, Victor. Conheça a arquitetura contemporânea africana além dos estereótipos. ArchDaily, 2017. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/879449/conheca-a-arquitetura-contemporanea-africana-alem-dos-esteriotipos. Acesso em: 05 ago. 2018.

ESCOSTEGUY, Pedro. A nova arquitetura africana de paz e segurança: implicações para o multilateralismo e para as relações do Brasil com a África. Fundação Alexandre de Gusmão, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2011.

FERNANDES, V. B; SOUZA, M. C. C. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Pág. 103/120, Nº63, Abril /2016.

GONZAGA, T. O. A cidade e a arquitetura também mulher: conceituando a metodologia de planejamento urbano e dos projetos arquitetônicos do ponto de vista de gênero. 2004. 279 f. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação Estruturas Ambientais Urbanas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

JAMESON, Fredric. A cultura do dinheiro: ensaio sobre a globalização. Petrópolis: Vozes, 2001. p.150.

KOUTONIN, Mawuna. 100 Cidades Africanas Destruídas Pelos Europeus, parte II. Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: https://www.geledes.org.br/100-cidades-africanas-destruidas-pelos-europeus-parte-ii/. Acesso em: 05 ago. 2018.

MBEMBE, Achille. Crítica a razão negra: ensaio sobre racismo contemporâneo. Lisboa: Antígona, 2014.

MUNANGA, Kabengele.O conceito de africanidade nos contextos africano e brasileiro. In OLIVEIRA, Jurema (Org.). Africanidades e Brasilidades: culturas e territorialidades. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. História da África e dos africanos. Rio de Janeiro: Vozes, 2013, p.240.

RIBEIRO, Valéria Lopes. A expansão chinesa na África: comércio, investimentos e fluxos financeiros. Textos de economia, Florianópolis, v.18, n.1, p.11-36, jan -jun. 2015.



ROLNIK, R. (Org). Como fazer valer o direito das mulheres à moradia? São Paulo: FAO/USP, 2018. Disponível em: https://goo.gl?JmUjt5>.

PINHO, Osmundo. Descolonizando o feminismo em Moçambique. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, n.3, p.970-972, set - dez. 2012.

RAMÍREZ PONCE, Alfonso. Arquitetura regional e sustentável. Arquitextos, São Paulo, ano 08, n. 095.04, Vitruvius, abr. 2008 Disponível em: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.095/150. Acesso em: 05 ago. 2018.

SILVÉRIO, V. R. Síntese da coleção História Geral da África: Pré História ao século XVI. Brasília: UNESCO, 2013.

CONSTRUÇÃO: Um «clutch» de novas cidades em África. África 21 Online. Disponível em: http://www.africa21online.com/artigo.php?a=6720&e=Economia. Acesso: 30 jun. 2018.